

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal de S. Catarina Class.: 226

Data: 26.06.87 Pg.: _____

Desmatamento ilegal na reserva de Ibirama está dizimando as matas

Blumenau — O desmatamento ilegal na reserva indígena Duque de Caxias, em Ibirama, permite a possibilidade de chegar ao final de 1987 com no máximo 5% de matas em toda a área. Com essa preocupação a Associação Catarinense de Preservação da Natureza — Acaprena — e a Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí enviaram um documento a autoridades daquele município e das esferas estadual e federal, pedindo um maior rigor na fiscalização e na aplicação das leis que determinam a preservação da natureza.

O folheto, elaborado e distribuído por 104 pessoas dos municípios de Ibirama, Rio do Sul, Blumenau, Agrolândia, Presidente Getúlio, Rio do Oeste, Pouso Redondo, Agronômica, Atalanta e Indaial, denuncia que a reserva, que tem 14 mil hectares, onde vivem 1.500 índios das tribos Guaraní, Xokleng e Caingangue, está sendo devastada indiscriminadamente. "A fauna está quase extinta pela ação do homem e a flora (o pouco que ainda resta) é rica em madeiras de lei, tais como canela, peroba, sassafrás e outras", diz o documento, que revela dados alarmantes sobre o desmatamento: em 1950, 95% da área da reserva era composta de matas; em 1980 caíra para 85% e hoje restam apenas 40%. A previsão para o final deste ano é de, no máximo 5% de matas em toda a região.

O desmatamento que ocorre na reserva Duque de Caxias é atribuído pela Acaprena e Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí, a quatro fatores: a ignorância do índio, que vende a madeira e destrói a natureza sem saber que está vendendo sua própria sobrevivência; a ganância dos madeireiros nescrupulosos, que exploram os índios, além de incentivá-los a destruir a natureza, só para terem mais lucros; a incompetência dos governantes, que possuem o poder, mas continuam indiferentes à devastação e à inoperância dos órgãos de fiscalização (Funai e IBDF), que alegam estar com falta de recursos e funcionários para fazer a fiscalização.

Cumprimento da lei:

Baseadas nesses dados, as duas entidades de preservação ecológica estão cobrando dos governantes federal, estadual e municipal, "que foram eleitos para fazer cumprir e aplicar as leis existentes", o cumprimento da lei federal 4.771, de 1965, que define a preservação das vegetações naturais situadas nas nascentes, olhos d'água e margem dos rios. Cobram também a criação de mais parques florestais e um serviço efetivo de fiscalização e manutenção dos existentes. Sugerem, quanto às reservas indígenas, a utilização do Exército para fazer o patrulhamento

permanente das áreas.

Aos deputados e vereadores, as entidades ecológicas cobram que exijam das autoridades competentes "a salvação do pouco que ainda resta da reserva indígena de Ibirama e demais reservas de matas nativas". Ao IBDF e Funai que encontrem soluções práticas para acabar com os desmatamentos, parando de alegar "dificuldades e obstáculos que impedem o funcionamento de seu trabalho".

O documento foi enviado a vereadores, à comunidade, ao juiz de direito e promotor público da Comarca de Ibirama, prefeitos dos municípios do Alto Vale do Itajaí, deputados e demais autoridades do Estado.